



**APROVADA**

**ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2018**

1  
2  
3  
4  
5  
6 No nono quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta e  
7 cinco minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do  
8 Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do  
9 Recife - COMDICA, na sede do órgão, situado na Rua Benfica, nº 373 - Madalena, Recife-PE,  
10 e a presidente Maria do Livramento de Aguiar coloca para deliberação os seguintes temas em  
11 pauta: **DEMANDA DAS COMISSÕES; APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DA**  
12 **AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE VIOLÊNCIA E INFORMES GERAIS.**  
13 *Participaram do pleno na condição de conselheiras(os): Maria do Livramento de Aguiar*  
14 *(CRP); Germana Bezerra Suassuna (Secretaria de Saúde); Andréa Ricardo de Castro*  
15 *(Secretaria de Educação); Albérico Spinelli Correia dos Santos (Secretaria de Finanças);*  
16 *Vesta Pires Magalhães Filha (Procuradoria Geral do Município); Ana Maria Reinaux da*  
17 *Cunha Vasconcelos (AACD); Evandro Alves de Freitas (Instituto Solidare); e, também, os*  
18 *seguintes representantes da sociedade civil: Madalena Fuchs (Educandário Nossa Senhora do*  
19 *Rosário); Tânia Tenores (Gestos); Maria Iza Araújo (Rede Cidadão) e, por fim, Simone Melo*  
20 *(Secretária Executiva do COMDICA); os/as técnicos/as do COMDICA, Anderson Ferreira,*  
21 *Aurely Macedo e Neiva Barros (Sociopedagógico). A presidente inicia o pleno fazendo a*  
22 *leitura da ordem do dia e pergunta se existe alguma proposta de mudança de pauta. A técnica*  
23 *Aurely esclarece que, conforme reunião, foi acordado a supressão da apresentação da tabela de*  
24 *atividades e demandas das comissões em virtude do andamento da aprovação do plano*  
25 *municipal de violência. O conselheiro Albérico pede para o colegiado ficar pautado apenas no*  
26 *item dois, assim definido na última reunião. A presidente concorda e solicita encaminhar as*  
27 *demandas da Comissão Sociopedagógico para o próximo pleno ordinário. A mesma pede para*  
28 *seguir a pauta com a avaliação e aprovação do plano municipal de violência e, posteriormente,*  
29 *informes gerais. O conselheiro Albérico pede para seguir primeiro com os informes. A*  
30 *presidente segue com os informes e comunica que recebeu um documento do Ministério*  
31 *Público (MP) da promotora Dra. Rosa Maria Salvi da Carvalheira (em anexo). O documento*  
32 *trata da recomendação do MP com relação ao julgamento da prestação de contas da OAF,*  
33 *referente ao Projeto Arte Vida, convênio nº 022/2016, com prazo máximo de 60 dias, a contar*  
34 *da data de recebimento do documento pelo COMDICA. A presidente lembra que não houve*  
35 *pleno para deliberar sobre a aprovação das contas de 2016 e que é preciso realizar um. A*  
36 *proposta da mesma é que o referido pleno seja realizado extraordinariamente no dia 13 de*  
37 *novembro do corrente. A representante da OAF coloca que é preciso que a instituição resgate*  
38 *todas as questões orçamentárias para depois disponibilizar. A presidente lembra que todas as*  
39 *instituições prestaram contas, mas não foi deliberado em pleno. A mesma diz que houve uma*  
40 *dificuldade junto ao AJEM, mas que já foi deliberado e solucionado. Ela diz ainda que já tem*  
41 *uma resposta extraoficialmente, mas que é preciso oficializar em pleno. A técnica Aurely*  
42 *coloca da importância do agendamento de uma reunião conjunta das comissões, antes do pleno,*  
43 *para conhecimento dos relatórios e sistematizações do processo de financiamento de 2016. O*  
44 **colegiado aprova agendamento de reunião para o dia 06 de novembro, às 15h, e pleno**  
45 **extraordinário para o dia 13 de novembro, às 9h.** A técnica Aurely informa que para a  
46 conferência municipal existem 29 (vinte e nove) representações infantojuvenil já que aconteceu



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 um erro de supressão na ficha de inscrição de uma das representantes do IDESC. Assim, diz a  
48 técnica, são 29 representantes para a conferência municipal e, não, 28 (vinte e oito) como foi  
49 comunicado anteriormente. A técnica diz ainda que amanhã, dia 10, a equipe técnica do  
50 COMDICA estará na VI Marcha de Enfrentamento do Trabalho Infantil, organizado pelo  
51 FORAPE e FEPETIPE, com contribuição de filmagem e edição de vídeo. Aurely registra que  
52 as técnicas Angélica e Roberta estão realizando, no momento, a oficina de *Media Advocacy*  
53 para os(as) delegados(as) jovens que estarão dias 18 e 19 de outubro na X Conferência  
54 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A oficina está sendo realizada no  
55 COMPAZ Ariano Suassuna, no Cordeiro, afirma a técnica. Seguindo com pauta, a presidente  
56 solicita a apresentação do documento do plano municipal de violência (em anexo) para  
57 deliberação do colegiado. O técnico Anderson inicia a leitura do documento pelo eixo 1. O  
58 conselheiro Albérico coloca que não entende como o Hospital da Mulher poderia atender o  
59 público infantil. O conselheiro Evandro acredita que não é algo previsto no espaço. A técnica  
60 Neiva coloca que o Hospital da Mulher é específico para o público adulto feminino e acredita  
61 que a proposta surgiu devido a existência de um único hospital para encaminhamento infantil:  
62 o IMIP. A técnica diz que, formalmente, no Recife todas as maternidades e o Hospital Helena  
63 Moura estão preparados para atender vítima de violência, independente da faixa etária, mas,  
64 efetivamente, a vítima, no caso criança ou adolescente, é encaminhada automaticamente para o  
65 IMIP. Para os atendimentos psicossocial fica centralizado no IMIP e no Cercca – Centro de  
66 Referência para o Cuidado de Crianças e Adolescentes. O Cercca está sempre lotado, diz  
67 Neiva. A mesma coloca que a dificuldade do atendimento as vítimas de violência se estende  
68 não só a crianças e adolescentes, mas também ao atendimento à mulher. Existe resistência nos  
69 serviços de saúde ao atendimento de vítimas de violência e acaba centralizando no Hospital da  
70 Mulher já que tem atendimento 24h, inclusive com atendimento para boletim de ocorrência. O  
71 conselheiro Albérico chama atenção no atendimento da menina, mas pergunta quanto ao  
72 atendimento dos meninos. Não podemos aprovar, diz ele. Segundo Neiva, a necessidade está  
73 na ampliação do serviço nos hospitais pediátricos. Ela diz que o atendimento do homem vítima  
74 de violência é uma dificuldade até mesmo para o homem adulto. O conselheiro Evandro coloca  
75 que a proposta é ampliar e efetivar o atendimento integral à criança e ao adolescente vítima de  
76 violência sexual. A conselheira Germana pergunta se a proposta não é efetivar o que já existe  
77 no Hospital Helena Moura que é pediátrico e de referência. A técnica Neiva diz que  
78 formalmente as unidades de atendimento pediátrico precisam ser capacitadas para o  
79 atendimento. A presidente coloca que a proposta é efetivar a rede de atendimento pediátrico do  
80 Recife e potencializar o atendimento do Hospital Pediátrico Helena Moura. Proposta aprovada.  
81 A partir de uma indagação da sociedade civil quanto ao funcionamento do CREAS, a  
82 presidente observa que o CREAS não tem equipe técnica suficiente para o atendimento e  
83 apresenta ausência de profissionais. O atendimento é insuficiente para a população, diz a  
84 presidente. A conselheira Germana retifica uma informação colocando que o Hospital da  
85 Mulher/Centro Sony Santos atende crianças a partir dos 10 anos de idade. O técnico Anderson  
86 continua a leitura do item 1.1.2. A conselheira Andréa Castro alerta que não é incumbência do  
87 COMDICA criar vagas para o Bolsa Família. A conselheira Vesta afirma que é possível  
88 garantir a continuidade do programa. O conselheiro Evandro entende que não é possível  
89 "garantir", mas "fomentar" a partir das parcerias com os órgãos competentes. A presidente  
90 afirma que dados apontam que a maioria das violências sexuais acontecem dentro de casa e que  
91 a idade da vítima reduziu, segundo indica o Mapa da Violência. Ela diz que quando se coloca  
92 propostas de programas é para fortalecer a rede e proteger a criança. A presidente lembra ainda



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 que não há dados consistentes sobre o tamanho da violência. A proposta sugeri parcerias mais  
94 consistentes e ação complementar, diz ela. A técnica Neiva sugere reordenar as informações  
95 para ajustar na conexão. A conselheira Andréa sugere suprimir a questão das "novas vagas" do  
96 texto. Madalena (Educandário Nossa Senhora do Rosário) sugere o seguinte texto para a  
97 proposta: "...fazendo gestão junto ao Governo Federal para ampliação das metas do  
98 município", mas acredita que é necessário uma confirmação de quem coordena o programa  
99 para saber se é justa a redação do texto. A presidente coloca que a proposta fica assim definida:  
100 "garantir a continuidade do Programa Bolsa Escola fazendo gestão junto ao Governo Federal  
101 para ampliação das metas do município". Aprovado. O técnico Anderson retorna a leitura do  
102 documento pelo Eixo 1 - Atendimento Integral. A técnica Neiva acredita que a redação que  
103 indica "remeter ao item 1.1.1" sugere efetivar os serviços existentes. A conselheira Andréa  
104 Castro coloca que é preciso potencializar os serviços existentes e ampliar, construindo novos  
105 centros. A técnica Neiva defende a permanência da proposta devido a construção coletiva. A  
106 presidente informa que o item deve permanecer. Com relação ao item 1.1.4, a conselheira  
107 Andréa Castro informa que a Secretaria de Educação tem ações de combate à violência dentro  
108 de algumas escolas. O *Movimento de Enfrentamento à Violência nas Escolas* acontece junto a  
109 uma equipe técnica e desenvolve um trabalho extensivo de protagonismo dos jovens, afirma a  
110 conselheira. Ela diz que o trabalho envolve os conselhos tutelares e, ainda, a polícia, embora  
111 ela e alguns professores não concordem com a presença da polícia. A presidente afirma que é  
112 preciso avançar mais junto ao trabalho desenvolvido pela *Escola que Protege*. Ela diz que é  
113 preciso reestruturar. Na ação 1.1.5, a presidente afirma que ainda não há domínio sobre o  
114 trabalho com o agressor. É preciso melhorar, diz ela. A técnica Aurely reflete sobre a criação  
115 de centros para agressores. O conselheiro Albérico questiona a proposta do centro para  
116 agressores. O técnico Anderson lembra que a grande dificuldade quanto ao atendimento junto  
117 ao agressor é com relação a saída do sistema prisional que envolve escoltas e outras demandas.  
118 A presidente afirma que está na lei e é para ser feito. Ela informa que a proposta é para se  
119 fortalecer enquanto rede. A proposta de texto aprovada é de "*ampliação e implementação do*  
120 *atendimento aos agressores nos Centros de Atendimento*", conforme sugestão da técnica  
121 Neiva. Na ação 2.1.2, a conselheira Vesta lembra que as audiências públicas acontecem só se  
122 não existir nada previsto voltado para o abuso e a exploração infantojuvenil no município,  
123 lembrando que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei nacional. É preciso rever, diz  
124 Vesta. Madalena (Educandário Nossa Senhora do Rosário) esclarece que o plano não é só para  
125 o COMDICA executar, existem outros atores. A técnica Aurely esclarece que no plano original  
126 existe a coluna de responsabilização dos atores. Para otimizar o tempo do pleno, o documento  
127 foi enxugado pela equipe técnica, diz ela. A técnica propõe uma consulta. O conselheiro  
128 Albérico lembra que existem órgãos de controle. A técnica Neiva diz que existem contradições  
129 entre avanços e ação. A presidente diz que é preciso retornar para a Rede de Abuso e  
130 Exploração Sexual. A conselheira Andréa Castro diz que o plano tem contradições que  
131 precisam ser observadas pelo colegiado, mas que é importante seguir adiante. Na ação 2.2.1, a  
132 presidente diz que é importante destacar que o COMDICA não vem recebendo informações  
133 necessárias dos conselhos tutelares. Ela frisa que o conselho tutelar é a porta de entrada para os  
134 principais números e dados referentes ao trabalho com crianças e adolescentes. As informações  
135 não chegam até o COMDICA não só por falta de estrutura dos conselhos tutelares, diz ela.  
136 Falta vontade política dos conselhos, acrescenta a presidente. O conselheiro Albérico lembra  
137 que a discussão passa pela falta de previsão orçamentária e que, por isso, falta uma proposta  
138 anterior. A conselheira Andréa Castro coloca que a proposta deve corresponder a fragilidade,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 mas muitas vezes não acontece no plano. Madalena (Educandário Nossa Senhora do Rosário)  
140 apresenta a proposta de “incluir na dotação orçamentária os recursos necessários para  
141 aquisição de sedes próprias para os demais conselhos tutelares do Recife e garantia da  
142 infraestrutura necessária para o bom funcionamento do órgão”. O conselheiro Albérico coloca  
143 que da forma que está posto não indica que os conselhos tutelares vão conseguir adquirir. Não  
144 há informações de como será feito, diz ele. Proposta aprovada. Na ação 2.3.1, o conselheiro  
145 Albérico diz que há incoerência entre ação e fragilidade. Madalena (Educandário Nossa  
146 Senhora do Rosário) verifica a necessidade de observar o processo de notificação da violência  
147 nos órgãos e serviços que integram a rede. A presidente coloca que, mais uma vez, a ação está  
148 direcionada para os conselhos tutelares. A fragilidade não é só de formação, afirma ela. A  
149 conselheira Andréa Castro chama atenção sobre os cursos de especialização e os níveis de  
150 gratificação e titulação. A conselheira pergunta qual seria a proposta. A presidente lembra que  
151 a exigência do nível superior é o ponto mais discutido na rede de conselheiros tutelares. Muitos  
152 estão tentando derrubar a exigência, afirma ela. A técnica Neiva acredita que é necessário  
153 incluir obrigatoriedade na formação continuada. O conselheiro Albérico coloca que é preciso  
154 discutir a ampliação da formação dentro da lei. A proposta do conselheiro é “promover a  
155 alteração na lei que obrigue a administração pública disponibilizar cursos de formação após  
156 dois anos da posse do conselheiro tutelar”. Diante do adiantado da hora, a presidente suspende  
157 as discussões sobre o plano às 11h55, dando continuidade em data a ser definida.

158

159 *Recife, 09 de outubro de 2018*

160

161

162

163 *Maria do Livramento de Aguiar*

164 *Presidente*

165

166

167

168 *Germana Bezerra Suassuna*

169 *(Conselheira/Secretaria de Saúde)*

170

171

172

173 *Andréa Ricardo de Castro*

174 *(Conselheira/Secretaria de Educação)*

175

176

177

178 *Albérico Spinelli Correia dos Santos*

179 *(Conselheiro/Secretaria de Finanças);*

180

181

182

183 *Vesta Pires Magalhães Filha*

184 *(Conselheira / Procuradoria Geral do Município);*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195

---

*Ana Maria Reinaux da Cunha Vasconcelos*  
(Conselheira/AACD);

---

*Evandro Alves de Freitas*  
(Conselheiro / Instituto Solidare)



# COMDICA